

# Análise institucional no Rio de Janeiro entre 1960 e 1990

*Institutional analysis in Rio de Janeiro between 1960s and 1990s*

**Renato Sampaio Lima**

## Resumo

O objetivo deste trabalho é perquirir a análise institucional no Rio de Janeiro entre os anos de 1960 e 1990. A psicologia social conheceu nos anos 60 e 70, nos Estados Unidos e na Europa, uma “crise” que levou a uma reflexão sobre as suas bases teóricas e metodológicas. No Brasil, a resposta a esta crise apresentou suas especificidades em função dos diferentes centros de formação em psicologia. No Rio de Janeiro, a análise institucional teve uma importância fundamental no processo de questionamento da psicologia social norte-americana, além de ter propiciado novas discussões sobre uma formação mais crítica em psicologia.

## Palavras-chave

Análise institucional; psicologia social; história da psicologia.

## Abstract

*The aim of this work is to investigate minutely the institutional analysis in Rio de Janeiro between 1960 and 1990. In the 60s and the 70s social psychology in the United States and Europe went through a "crisis" that stimulated a debate on its theoretical and methodological bases. In Brazil, the answer to this crisis had specificities due to the different educational centers in psychology. In Rio de Janeiro, institutional analysis had a core role in the process of questioning the North American social psychology and gave rise to further discussions on the need of a more questioning and analytical approach to psychology.*

## Keywords

*Institutional analysis; social psychology; history of psychology.*

**Renato Sampaio Lima**

**Universidade Federal de Sergipe**

Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Adjunto de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe.

**renatosamp@uol.com.br**

## Análise Institucional no Rio de Janeiro entre 1960 e 1990

Conforme as análises de Allport (1985 [1954]) em *The historical background of modern social psychology*, a psicologia social é um fenômeno tipicamente norte-americano. Ao longo da década de 60 esta perspectiva tornou-se hegemônica nos Estados Unidos e na Europa, no entanto, ao final desta mesma década teve início um período de questionamentos sobre a teoria e a prática em psicologia social, o que acarretou uma “crise” neste mesmo campo. A psicologia cognitiva norte-americana passou a ser objeto de revisões tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Como exemplo de autores e textos que realizaram um estudo crítico sobre a psicologia social destacaríamos Michel Pêcheux em *Sur la conjoncture théorique de la psychologie sociale*, de 1969, o prefácio de Moscovici no livro *La psychologie sociale – une discipline en mouvement*, organizado por Denise Jodelet, Jean Viet e Philippe Besnard, de 1970, o artigo de Silverman *Crisis in social psychology: The relevance of relevance*, de 1971, bem como o texto de Gergen *Social psychology as history*, de 1973.

No Brasil, o processo de crítica ocorreu a partir do final da década de 70 e início da década de 80. A criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), no ano de 1980, representou uma tentativa entre os psicólogos sociais brasileiros de pensarem este mesmo campo em outras bases teóricas e metodológicas. Nas décadas de 60, 70 e 80, os principais centros de formação em psicologia no país eram o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Segundo Lima (2009), as respostas à crise no Brasil foram distintas em função das especificidades destes mesmos centros de formação. Em São Paulo, a professora Silvia Lane desempenhou este papel com grande destaque, sendo a mais importante opositora às ideias de Aroldo Rodrigues. Em Minas Gerais, o “Setor” de psicologia social, coordenado por Célio Garcia, foi um espaço que reuniu professores e alunos do curso de psicologia da Faculdade de filosofia e ciências humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Neste grupo se discutia a psicologia social a partir de outros referenciais teóricos e metodológicos, distintos do modelo norte-americano. No Rio de Janeiro, o professor Aroldo Rodrigues mobilizava os psicólogos sociais em torno da psicologia social cognitiva norte-americana, porém, ainda assim, deparou-se com críticas a sua perspectiva teórica. Os institucionalistas foram fundamentais para este processo de reflexão e busca de novos interlocutores para o campo da psicologia social. Autores dos campos da sociologia, antropologia e filosofia passaram a fazer parte das leituras dos psicólogos sociais no Rio de Janeiro, embora não representassem um uso hegemônico. Nosso objetivo neste artigo será apresentar algumas especificidades da análise institucional no Rio de Janeiro no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1990, ou como denominam os institucionalistas o seu campo de coerência, além de expor algumas de suas respostas à crise no campo da psicologia social.

A análise institucional desde a década de 80 tem ocupado um lugar de grande relevância na psicologia. No Brasil provocou entre os “psi” reflexões sobre a formação do psicólogo, a possibilidade de novas experimentações no campo da prática, além de uma análise crítica do próprio saber psicológico. No Rio de Janeiro, a penetração desta teoria trouxe importantes contribuições. A partir do surgimento do IBRAPSI (Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições) no final da década de 70, alguns psi cariocas passaram a ter como interlocutores: Lapassade, Lourau, Deleuze, Guattari, entre outros. O que já representava uma crítica à formação em psicologia. No Rio de Janeiro a leitura destes autores permitiu novas discussões no campo da psicologia.

Segundo Bomfim (2003, p. 160) a análise institucional no Brasil teve início “em Belo Horizonte junto ao ‘Setor de Psicologia Social’ da Universidade Federal de Minas Gerais”. Em função do convênio do “Setor” com a Embaixada da França George Lapassade<sup>1</sup>, da Universidade de Vincennes, chegou a Belo Horizonte em 1972. O “Setor” contava com um grupo de professores e alunos da FAFICH/UFMG que se reuniam, sob a coordenação de Célio Garcia, para pensar criticamente o campo da psicologia social no Brasil. Sobre estas críticas Machado (2004, p. 22) afirma:

Lembro-me de uma reunião do grupo, lá por volta dos anos 70. Romualdo Damaso acabara de receber, de uma editora, como cortesia, um manual de Psicologia Social. Ele o folheava e comentava sob risadas de todos os presentes: “olha como este, desta vez, está original: formação e mudança de atitude; crenças e opiniões; estrutura de grupos; comunicação em grupos...”. A cada novo título, dobrávamo-nos de rir. Como estávamos longe daquele jargão de uma certa Psicologia Social.

Em 1978, ocorreu o “I Simpósio Internacional de Psicanálise, grupos e Instituições” no Rio de Janeiro, com a presença de importantes nomes como Franco Basaglia, Félix Guattari e Emilio Rodrigué. Este evento foi extremamente importante para o movimento institucionalista no Brasil, além de ter propiciado o surgimento do IBRAPSI no Rio de Janeiro.

Segundo Rodrigues (2006, p. 544), a análise institucional ou o movimento institucionalista no Brasil,

[...] é polifônica, pois fala francês (Belo Horizonte), espanhol com sotaque portenho (Rio de Janeiro) e italiano (São Paulo) – sempre, é claro, com nosso timbre e ritmos próprios, ligados às vicissitudes econômicas, políticas e culturais do país.

Esta teoria surgiu na França na década de 60, e em um contexto marcadamente psicossociológico e/ou sociológico. Nomes como o Lourau, Lapassade, Guattari, Deleuze influenciaram as práticas e a discussão teórica de muitos psicólogos no Brasil. No Rio de Janeiro, o contato com esses importantes teóricos da análise institucional tomou força com a vinda dos psicanalistas argentinos para o país. Como afirmam Cunha, Hoffmann e Rodrigues (2006, p. 5):

[...] alguns psicanalistas argentinos muito cedo entraram em contato com as ideias de Lourau, Lapassade, Deleuze e Guattari, e passaram a utilizá-las como ferramentas com vistas à transformação, de cunho libertário, dos campos da saúde mental, educação, formação, etc. de seu país, até que o golpe militar de 1976 os forçasse ao exílio. O Brasil foi o destino de alguns desses psicanalistas exilados, o que, sem dúvida, imprimiu “marcas argentinas” em nossa AI.

Segundo Lapassade (1977), há nos grupos uma dimensão oculta, não analisada: a dimensão institucional. Lapassade (1977, p. 13) propôs chamar de “análise institucional o método que visa revelar, nos grupos, esse nível oculto de sua vida e de seu funcionamento”.

Quando os psicanalistas argentinos chegam ao Rio de Janeiro em meados da década de 70, vivíamos, como denomina Coimbra (1995), “Os anos da Institucionalização”. Na psicologia, havia um interesse especial pelos atendimentos em grupo. É o momento dos psicólogos “especialistas em contornar problemas” que trabalham nas empresas e indústrias.

## 1

Segundo Rodrigues (2002, p. VIII), “(...) o convidado primeiro, sugerido por Célio Garcia, tinha sido René Lourau que, alegando razões particulares nunca bem esclarecidas, prefere partir em férias para a Ocitânea, sua região de origem, indicando o companheiro para substituí-lo”.

As contribuições dos argentinos, a partir da década de 70, são fundamentais no sentido de reorganizar e reorientar essas experiências grupais. Da mesma forma que esses profissionais atendem e realimentam uma demanda então produzida, suas presenças sistemáticas no Rio de Janeiro, por sua vez, produzem novas demandas. As técnicas grupais expandem-se entre profissionais “psi” e tornam-se “modismo” (COIMBRA, 1995, p. 138).

As intervenções de Lapassade e Lourau, durante o II Simpósio de Psicanálise, Grupos e Instituições em outubro de 1982, e de outros institucionalistas, além das publicações que chegavam ao Brasil a partir da década de 70, fizeram segundo Barros (2004, p. 66), “deslocar do centro da cena a forma como o movimento grupalista vinha crescendo no Brasil, ao menos, no Rio de Janeiro”. Segundo a mesma autora (2004), esta afirmação merece um exame mais cuidadoso, pois foi a partir deste mesmo grupo que houve a introdução dos institucionalistas, que por sua vez criticavam o grupo como uma técnica das boas relações.

Os psicanalistas que chegaram ao Brasil no final da década de 70 foram chamados de “os grupalistas”, o que, segundo Rodrigues e Barros (2003, p. 65), era uma clara alusão ao fato de suas práticas estarem voltadas para questões político-institucionais: “a nomeação ‘grupalista’ passa a ter uma conotação associada aos movimentos sociais que, lembremos, tinham à época, como uma das metas principais, a luta contra a ditadura.

## Grupos – uma instituição posta em análise

No ano 1982 é lançado o livro *Grupos: Teoria e Técnica* com a organização de Barembliitt. Todos os autores eram integrantes do IBRAPSI do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para citar alguns dos textos presentes nesta obra fazemos menção à *Notas estratégicas a respeito da orientação da dinâmica de grupos na América Latina* de Barembliitt, *Grupos (fantasmas) no hospital* de Eduardo Losicer, *Conceito de grupo em Grimberg, Langer e Rodrigué* de Maria Beatriz Sá Leitão, *O grupo operativo de Pichón-Revière – Guia Terminológico para a construção de uma teoria Crítica dos Grupos Operativos* de Osvaldo Saidón e *Horizontalidade, verticalidade e transversalidade em grupos* de Vida Rachel Kamkhagi. Os títulos apresentados deixam claro a tematização dos grupos. Porém, os autores não apresentaram suas discussões reproduzindo simplesmente o paradigma grupalista, mas buscaram de forma crítica a revisão de conceitos e teorias.

Segundo Barros (2004, p. 70):

A entrada da psicossociologia americana – seja de influência lewiniana, rogeriana ou moreniana – na França, durante as décadas de 1950/1960, desdobrou-se em três linhas: a da psicossociologia francesa, que ampliou e aclimatou aos costumes e à cultura francesa uma abordagem teórico-prática; a da psicanálise de grupo, que vai criticar o enfoque conscientizador-adaptacionista das propostas americanas; a da socioanálise, fruto da crítica dos institucionalistas à ideologia grupalista de fechamento da análise sobre o próprio grupo.

A análise institucional tem início na França em torno de 1962 de “um salto mortal executado por Lapassade, ao compreender que era necessário superar a sedução da psicologia dos pequenos grupos, desmascarando a dimensão institucional, quer dizer, toda a política reprimida pela ideologia das boas relações sociais” (LOURAU apud RODRIGUES 2002, p. VI). A análise

institucional surge a partir de um rompimento com a psicossociologia francesa, no entanto, isto não promove o afastamento dos grupos como temática. Lapassade (1977, p. 32), no período da década de 70, desenvolve uma visão mais política e menos técnica dos trabalhos em grupo. “A ação revolucionária visa, ao contrário, a acabar com as diferenças, a abrir simplesmente a brecha que permitirá aos grupos conduzir-se eles próprios (...)”, sem o apoio dos animadores especialistas.

Ao longo das décadas de 60 e 70 a análise institucional recebe muitas influências e vai conformando um campo teórico e de intervenção onde a instituição passa a ser objeto de análise, de investigação, de experimentação. Da crítica à sociologia americana, das formulações de Catoriadis, da ruptura com as práticas grupais de ordem psicossociológica todo este cenário permitiu o engendramento do campo socioanalítico, onde a distinção teoria/prática não se fazia presente e a própria constituição do conhecimento se dava a partir do processo de intervenção institucional. Os analistas institucionais procurarão como tarefa garantir e viabilizar, o caráter desnaturalizador das instituições (BARROS, 2004). Talvez este caráter inovador e revolucionário das ideias institucionalistas explique o interesse entre os psicólogos no Brasil.

Para Barros (2004, p. 75) no Brasil:

As práticas grupais são mais procuradas nas décadas de 1960/1970 – vivíamos então a ditadura, a diminuição de espaços coletivos de troca. Por outro lado, aquele era um momento de intensa crítica ao status quo, época de experiências de educação popular (Paulo Freire), criação de novas linguagens no teatro (Teatro Opinião), no cinema (Glauber Rocha), na música (os festivais, o Tropicalismo), onde os padrões de comportamento mudavam (a pílula anticoncepcional liberada, os movimentos hippie e contracultural criticando o modus vivendi), momentos de lutas políticas (...).

A partir das décadas de 80 e 90 há uma desvalorização das práticas grupais no Brasil. Os motivos vão desde a uma diminuição da demanda na procura por estes serviços até o surgimento de outros modelos de assistência psicológica e psicanalítica que prometem mais, além de considerarem o atendimento em grupo menos “profundo” e eficaz.

O I e II simpósios organizados pelo IBRAPSI em 1978 e 1982 foram importantes para o movimento institucionalista no Brasil. No Rio de Janeiro, especialmente no evento de 82, além de reunir um grande número de participantes permitiu uma maior troca de experiências entre aqueles “psi” que apesar de não estarem em formação no IBRAPSI conheciam e liam os autores institucionalistas.

Apesar da diminuição e da desvalorização das intervenções grupais entre os psi cariocas encontramos entre os institucionalistas uma transformação desta ferramenta em um dispositivo de combate as políticas contemporâneas de individualização e de privatização da vida.

## E a psicologia social?

Como afirma Altoé (2004, p. 8):

Embora a gênese do paradigma da análise institucional seja sociológica e / ou microssociológica, no Brasil foi predominantemente entre os psicólogos que se difundiu e se firmou, tanto acadêmica quanto institucionalmente.

A psicologia social no Rio de Janeiro teve como contexto teórico predominante a psicologia social norte-americana, porém, ao longo da década de 80 esta hegemonia vai aos poucos perdendo a sua força e a psicologia no Rio de Janeiro passa a receber influências teóricas diversas. Autores como Foucault, Marx, Deleuze, Guattari, Lapassade, Lourau, Paulo Freire, Moscovici passarão a fazer parte do jargão psicológico. A ideia que temos buscado estabelecer é de que o campo da psicologia social no Rio de Janeiro a partir destes diferentes interlocutores não se constituiu tão facilmente como um campo da psicologia: a militância em torno da psicologia social não se fez tão presente. Os institucionalistas viram com desconfiança a possibilidade de uma nova especialidade.

Para Fernandes; Duarte e Rodrigues (2003, p. 77):

Entre os chamados “institucionalistas” encontram-se referenciais teóricos, filosóficos e sócio-políticos extremamente díspares – grupelistas, socioanalíticos, anárquicos, comunitários, esquizoanalíticos, marxistas, preventivistas, psicanalíticos, sócio-antropológicos, etc. - , articulados a práticas que se estendem da assunção de identidades razoavelmente profissionalizadas e tecnicistas a posturas críticas virtualmente aptas a promover uma desconstrução ativa do encargo social de disciplinamento-controle delegado aos psicólogos.

A psicologia social no Rio de Janeiro recebeu influências teóricas diversas que permitiram em alguns momentos aproximações e em outros afastamentos entre estas mesmas teorias. Neste mesmo contexto histórico, a psicologia comunitária representou uma crítica ao modelo hegemônico de psicologia social, no entanto, sua concepção de comunidade foi objeto de contestações. Da mesma forma, a teoria das representações sociais foi alvo de questionamentos em razão do par conceitual indivíduo/sociedade. Portanto, embora estas teorias tenham se contraposto à psicologia social norte-americana, isso não impediu que fossem também tema de questionamentos teóricos e metodológicos. A análise institucional permitiu, a partir de seus referenciais teóricos, novas discussões no campo da psicologia social.

## Alguns conceitos

Partiremos agora para a apresentação de alguns importantes conceitos da análise institucional, tais como: instituição, análise de implicação, analisador, transversalidade, instituinte- instituído e o método da pesquisa-ação ou pesquisa participante. Na análise institucional a relação entre a gênese teórica e a gênese sócio-histórica dos conceitos é fundamental. Como pretendemos demonstrar, a apresentação de tais conceitos é importantes para a compreensão de uma parte importante da história da psicologia social no Rio de Janeiro.

No texto *A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo*, Rodrigues e Souza (1987, p. 17) afirmam:

O termo instituição parece, hoje em dia, onipresente nos discursos ‘psi’. Há cerca de 6-7 anos vem se tornando cada vez mais comum no jargão do psicólogo, graças, inicialmente, à influência dos argentinos – Bleger, Maffé, Ulloa, etc. – e, mais tarde, à dos franceses – Lourau e Lapassade – basicamente.

Na análise institucional, instituição não se confunde com organização ou o estabelecimento. A organização ou o estabelecimento é um lugar de existência física e / ou jurídica: escolas, hospitais, empresas, etc. Já o conceito de instituição remete a qualquer espaço onde as relações de produção estão instituídas de forma necessária, natural e eterna (COIMBRA, 1990, p.15). Ou ainda segundo Rodrigues e Souza (1987, p. 23), a “Instituição aparece como algo imediatamente problemático, como algo não localizável: FORMA que produz e reproduz as relações sociais ou FORMA GERAL das relações sociais, que se instrumenta em estabelecimentos e / ou dispositivos”. A instituição é produção.

O conceito de instituição se articula com duas outras importantes noções na análise institucional: o instituinte e o instituído. O primeiro pode ser definido como “(...) a contestação, a capacidade de inovação e, em geral, a prática política como ‘significante’ da prática social (LOURAU, 2004, p. 74). Já por instituído compreende-se não só a ordem estabelecida, mas os valores, os modos de representação e de organização considerados normais (LOURAU, 2004, p. 74). Embora haja uma oposição entre os conceitos há, no entanto, uma articulação entre ambos no conceito de instituição.

Talvez possamos afirmar que a discussão dos conceitos de instituição, instituinte e instituído nos cursos de psicologia trouxe a possibilidade de se retomar, após a crítica de Canguilhem no texto *O que é Psicologia?*, na década de 50, a indagação: a que serve ou a quem serve a psicologia? Que relações há entre o saber e o poder? Que instituições a psicologia naturaliza? E talvez tenhamos aqui a possibilidade de entendermos o motivo pelo qual a análise institucional teve tanto repercussão entre alguns “psi” cariocas. Permitiu não apenas avançar sobre a crítica do saber psicológico, mas, sobretudo, a partir da análise institucional “trazer à luz essa dialética instituinte-instituído, de maneira generalizada (...)” (RODRIGUES; SOUZA, 1987, p. 24).

O SPA é uma instituição, a supervisão é uma instituição, a dicotomia louco - não louco é uma instituição, o casamento baseado no amor é uma instituição e desta maneira poderíamos pensar este conceito de forma quase infinita. Que movimentos sociais poderiam ser vistos como resistentes? Que acontecimentos seriam reveladores ou ocultadores? Um novo campo de reflexão e intervenção se apresenta, uma nova problemática passa a fazer parte do campo “psi”.

Uma questão levantada por muitos psicólogos na década de 80 foi: como articular o conceito de instituição com a prática profissional do psicólogo? Para Rodrigues e Souza (1987), como professoras de uma universidade particular, a Universidade Santa Úrsula, tal indagação foi usada para pensar a instituição SPA. No sentido que temos usado de instituição:

(...) o SPA aparece como organização (ou estabelecimento) que instrumenta uma série de instituições, dentre as quais se destaca a instituição formação profissional. Nesta instrumentação, por sua vez, aparecem uma série de dispositivos e práticas como, por exemplo, a avaliação e a supervisão (RODRIGUES; SOUZA, 1987, p. 25).

No livro *Análise Institucional no Brasil: Favela, Hospício, Escola, Funabem* lançado em 1987, em vários outros textos, entre eles o de Rodrigues e Souza, os autores pensam, a partir de suas práticas em estabelecimentos públicos e privados, alternativas para o trabalho do psicólogo: nas escolas, hospitais, favelas e hospícios a partir do instrumental da análise institucional.

Antes de apresentarmos algumas destas experiências, seria importante contar o que as tornou possível. Um conjunto de profissionais, em sua

maioria, psicólogos, alguns psiquiatras, psicanalistas e uma assistente social, críticos das instituições em que trabalhavam, realizaram entre abril e dezembro de 1985, um curso que tinha como coordenadores: Osvaldo Saidón, Heliana Conde, Maria Beatriz de Sá Leitão e Vida Rachel Kamkhagi. Todos pertencentes ao Centro Internacional de Investigação em Psicologia Social e Grupal. O curso de coordenadores de grupo e análise institucional tinha em sua fundamentação teórica autores como Marx, Foucault, Deleuze e Guattari, além da psicanálise. “É interessante notar que o público que atendeu a esta convocação foi predominantemente de profissionais inseridos no terreno educacional” (KAMKHAGI, 1987, p. 9). Esta última observação é importante, pois foram os chamados psicólogos escolares que primeiramente buscaram, no Rio de Janeiro, ampliar não apenas seus conhecimentos, mas politizar seus trabalhos, produzir novas alternativas de intervenção. Em concordância Rodrigues e Souza afirmam (1987, p. 34):

(...) ao menos no contexto do Rio de Janeiro, as práticas autodenominadas de Análise Institucional vêm sendo desenvolvidas quase que exclusivamente por profissionais psi (...) e fundamentalmente, profissionais “psi” ligados à instituição escola (os antigos “psicólogos escolares”).

Retomando o livro *A Análise Institucional no Brasil* encontramos como textos *A análise institucional e a profissionalização do psicólogo* de Heliana de B. C. Rodrigues e Vera Lúcia B. de Souza. *A instituição da supervisão: análise de implicações* de Cecília M. B. Coimbra, Lília Lobo e Regina D. Benevides Barros. *Relato e análise de uma experiência numa instituição escolar: nossos medos, nossas buscas e nossas implicações* de Cláudia Elizabeth A. B. Neves, Adriana G. Lasalvia, Regina C. F. Silva, Ana Lúcia C. Hechert e Leísa P. Carvalheira. *Histórias de andanças de técnicos em favelas: da ‘alegria’ ao ‘sossego’ e vice-versa* de Kátia Aguiar e Vera V. Brasil. *Do trabalho comunitário em Nova Holanda: nossos lugares e nossas vozes* de Ângela M. D. Fernandes e Rosângela F. dos Anjos. *Relato e análise de uma experiência num estabelecimento: para delinquentes ou da delinquência?* de Maria Izabel M. F. de Lima, Maria Lúcia S. C. Silva e Zelina M. da C. Vieira. *Grupos no hospício: o desejo como tarefa* de Daniel L. Menucci. Segundo Kamkhagi (1987) a publicação destes trabalhos foi uma tentativa de contribuir para a constituição de uma corrente brasileira de análise institucional.

No texto *A instituição da supervisão: análise de implicações*, as autoras (1987), criticam o lugar que naturalmente poderiam ocupar: professoras de uma universidade pública brasileira, como agentes de um saber.

Não é deste lugar instituído que pretendemos falar, mas sim do lugar de trabalhadores, que ousamos ocupar e produzir como instituintes. Tentamos romper e denunciar as armadilhas que a todo momento os dispositivos sociais constroem no sentido de manter e reproduzir um saber dominante, dito universal e científico (COIMBRA; LOBO; BARROS, 1987, p. 38).

Está em jogo neste posicionamento crítico o conceito de implicação. Para Lourau (1993), a grande novidade trazida pela análise institucional foi o conceito de implicação. Segundo o mesmo autor (1993, p. 9), “Quase todas as ciências estão baseadas na noção de não implicação ou desimplicação. As “teorias da objetividade” se baseiam na “teoria’ da neutralidade (...)”. Desde pelo menos a década de 70, os psicólogos sociais no Brasil, a partir de outros referenciais teóricos, faziam críticas a este pressuposto presente na

psicologia em geral e que era sustentado pelos adeptos da psicologia social cognitiva norte-americana.

A partir do conceito de implicação podemos pensar outra crítica à objetividade imposta pelo positivismo às ciências humanas. A psicologia como ciência importou das ciências naturais e exatas o modelo científico experimental. A partir desta forma de fazer ciência a objetividade era o fim último de uma psicologia que buscava a verdade e estabelecia leis universais para o comportamento humano. A análise institucional por sua vez parte da negação desta neutralidade.

O conceito de implicação surge da noção de contra-transferência institucional apresentada pela psicoterapia institucional ainda na década de 60. Da discussão deste conceito temos uma nova maneira de conceber a relação pesquisador/objeto. Segundo Coimbra (1995, p. 66), “Opondo-se ao intelectual neutro-positivista, a análise institucional vai nos falar do intelectual implicado, definido como aquele que analisa as implicações de suas pertencas e referências institucionais”, além de analisar o lugar que este ocupa na divisão social do trabalho. Ainda segundo Coimbra (1990), o conhecimento está inscrito nas condições políticas onde se formam o sujeito e os diferentes domínios do saber. Não há saber neutro, todo saber é político. Portanto, a análise do saber implica ao mesmo tempo, na análise do poder.

A análise de implicação aponta para as relações que o indivíduo estabelece para além do lugar onde ocorre a intervenção, ou seja, suas relações sociais. Pensar as relações de poder e classe passou a ser objeto do investigador implicado. Entre os psi cariocas esta ferramenta passou a fazer parte obrigatoriamente de todo e qualquer trabalho que se dizia crítico.

Os psicólogos sociais principalmente a partir do final da década de 70, buscaram uma psicologia comprometida com a realidade social, política e econômica brasileira. Além do referencial marxista que serviu de base para estas mesmas críticas, devemos fazer menção à análise institucional e mais especificamente ao conceito de implicação.

Talvez tenhamos aqui uma razão para que a ABRAPSO tenha tido pouco espaço no Rio de Janeiro, ou seja, relacionado ao fato de termos uma base conceitual predominantemente institucionalista que questionava o aparecimento de uma especialidade que pudesse pensar o social na psicologia, havia também discordância e busca de outras formas de entender a Psicologia Social.

Outro conceito importante da análise institucional é o de pesquisa-ação ou pesquisa-intervenção. Tradicionalmente, a prática de pesquisa em psicologia se restringe ao uso de técnicas que pressupõem a separação entre o investigador e o objeto de conhecimento. Com o conceito de pesquisa-ação ou pesquisa-intervenção, passou-se a pensar a investigação como um ato político. “o pesquisador torna-se, nesta perspectiva, um dispositivo que tenta dar voz ao acontecimento político, ao experimento social” (RODRIGUES; SOUZA, 1987, p. 31). Essa forma de pensar tem um importante impacto no modo de fazer pesquisa em psicologia.

Em São Paulo a trajetória da Silvia Lane não deixa dúvida sobre o seu importante projeto teórico no campo da Psicologia Social. Em Minas, O “Setor” não constituiu uma teoria no campo da Psicologia Social, mas sua contribuição nesta área foi fundamental para o fortalecimento da Psicologia Social neste estado. No Rio de Janeiro, a produção de um campo denominado Psicologia Social ocorreu através de polos, as instituições acadêmicas, e um deles foi o Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Organizações (IBRAPSI).

## O Ibrapsi

Passadas algumas páginas, é hora de refletirmos sobre o campo de coerência da análise institucional no Brasil e mais especificamente no Rio de Janeiro. Segundo Lourau (1993, p. 7), “Toda nova disciplina ou novo espaço de saber entram contradição com o saber então instituído”. A análise institucional como qualquer outra disciplina acadêmica tem forças de teor instituinte que a leva a entrar em desacordo com o já instituído.

A década de 60 foi um período difícil da nossa história, porém partiremos desse momento para pensarmos as condições sobre as quais a análise institucional foi se tornando possível. O momento do golpe é 1964, mas também de uma posterior resistência; assim nos lembra algumas músicas do Tropicalismo, de Chico Buarque e tantas outras canções de protesto. Já se ouviam os ecos, pela América Latina, da Teologia da Libertação e da educação popular de Paulo Freire. Depois do AI-5, a repressão levou para a clandestinidade os grupos de resistência. Já na década de 70, permaneceram os sonhos de retorno do período democrático, porém, em vários outros países da América Latina eclodiram ditaduras como no Uruguai e no Chile em 1973, e na Argentina em 1976.

Nos cursos de psicologia, nos anos 60 e 70, havia um predomínio de uma formação baseada no modelo norte-americano, contudo, havia, principalmente, a partir da década de 70, tentativas de se buscar outra psicologia. Como temos enfatizado os nomes de Silvia Lane, em São Paulo, e Célio Garcia, em Minas, estavam sendo formados dois centros de crítica e busca de alternativas para a formação em psicologia. Já no Rio de Janeiro, o nome do professor Aroldo Rodrigues confluía a resistência daqueles que pensavam uma nova psicologia. É importante lembrarmos que as tentativas de fugir ao instituído na psicologia não deixavam inicialmente marcas institucionais. Os cursos em geral permaneciam com seus currículos “engessados”, com muitas disciplinas biomédicas e pouca carga horária em Filosofia, Antropologia e Sociologia. Restava àqueles que buscavam interlocutores fora da psicologia o espaço dos grupos de estudo. Os cursos do professor Cláudio Ulpiano, nas décadas de 80 e 90, foram importantes na iniciação de vários “psi” à obra de Gilles Deleuze.

Com o golpe na Argentina, muitos psicanalistas pertencentes ao grupo Plataforma foram para vários países da América Latina, e o Brasil foi o destino de alguns deles. Esse grupo caracterizou-se principalmente pela discordância política em relação às “duras” diretrizes da IPA (Associação Internacional de Psicanálise).

O IBRAPSI foi fundado por Chaim Samuel Katz, Gregório Barembli e Luiz Fernando de Mello Campos. O projeto inicialmente proposto visava formar trabalhadores em saúde mental dentro de um referencial marxista (COIMBRA, 1985). O IBRAPSI era um espaço de crítica à psicanálise e de busca da interdisciplinaridade. Muitos psicólogos entravam no IBRAPSI para uma formação diferenciada, com autores desconhecidos, mas que aos poucos, tornaram-se importantes para um processo de revisão crítica da psicologia.

Segundo Coimbra (1985, p. 168):

Tudo o que Foucault, Castel, Deleuze, Guattari, Lourau ou Lapassade haviam dito há muito sobre psicanálise e política, de forma contundente, os profissionais “psi” começavam a avaliar ainda de forma frágil e muito lenta. E, sem dúvida, a segunda geração de argentinos, notadamente ligados ao IBRAPSI, em boa parte, são responsáveis (*sic*) por isso. Aqueles autores – na época conhecidos por pouquíssimos dentro do movimento “psi” brasileiro – passam a ser difundidos e lidos por um maior número de

pessoas, notadamente pelos que transitam no IBRAPSI ou sofrem sua influência no Rio.

Que relação o IBRAPSI tem com o campo da Psicologia Social no Rio de Janeiro? Como afirmamos anteriormente, os psicólogos da área escolar foram os primeiros a se interessarem pelos cursos e pelos autores apresentados pelo IBRAPSI. Mas também havia aqueles “psi” que não faziam parte desse grupo, mas que foram influenciados pelos argentinos. Aos poucos, dependendo da instituição, foram percebidos os respingos que essa instituição iria deixar na formação dos psicólogos no Rio de Janeiro.

A Psicologia Social no Rio de Janeiro, até pelo menos o final dos anos 90, não se definia como um campo particular e específico da psicologia. O movimento institucionalista no Rio de Janeiro, além de ser uma das teorias responsáveis pela crítica a noções fundamentais da Psicologia Social cognitiva norte-americana, foi essencial na não estruturação da Psicologia Social como uma especialidade da psicologia.

Buscamos ao longo deste artigo pensar o contexto histórico-conceitual na psicologia e, especialmente, no Rio de Janeiro, que possibilitou a emergência da análise institucional e de algumas de suas especificidades. Tal análise histórica nos permite compreender os embates conceituais e teóricos que ocorreram no campo da psicologia social, especialmente, a partir da década de 60, e no modo como a análise institucional contribuiu nas discussões sobre a teoria e a prática no campo da psicologia.

## Sobre o artigo

**Recebido:** 04/05/2012

**Aceito:** 01/06/2012

## Referências bibliográficas

- ALLPORT, G. The Historical Background of Social Psychology [1954]. In: LINDZEY, G.; ARONSON, E. **Handbook of Social Psychology**. Third Edition, New York: Random House, v.1, 1985, p. 3-56.
- ALTOÉ, S. Apresentação. In: ALTOÉ, S. (org.). **René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 7-12.
- BAREMBLITT, G. (org.). **Grupos: Teoria e Técnica**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- BARROS, R. B. Institucionalismo e Dispositivo Grupal. In: RODRIGUES, H. B. C.; ALTOÉ, S. **Saúde Loucura**. Análise Institucional, n. 8, 2004, p. 65-78.
- BOMFIM, E. M. **Psicologia Social no Brasil**. Belo Horizonte: edições do campo social, 2003.
- CANGUILHEM, G. O Que é Psicologia. Epistemologia 2. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 30/31, p. 104-123, 1973.
- COIMBRA, C. M. B. A Divisão Social do Trabalho e os Especialismos Técnico-Científico. **Revista do Departamento de Psicologia UFF**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 9-15, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Guardiães da Ordem: Uma Viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

- COIMBRA, C. M. B.; LOBO, L.; BARROS, R. D. B. A Instituição da Supervisão: análise de implicações. In: KAMKHAGI, V. R.; SAIDON, O. **Análise Institucional no Brasil: favela, hospício, escola, funabem**. Rio de Janeiro: espaço e tempo, 1987, p. 47-65.
- CUNHA, A. A. G.; HOFFMANN, L. B.; RODRIGUES, H. B. C. Uma contribuição à história da Análise Institucional no Brasil através de depoimentos orais: o setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nas décadas de 1960 e 1970. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 2-11, 2006.
- FERNANDES, J. P.; DUARTE, M. G. S.; RODRIGUES, H. B. C. Para uma História do Institucionalismo no Brasil: Polêmicas relativas à História Oral. In: JACÓ-VILELA, A. M.; CEREMZO, A. C.; RODRIGUES, H. B. C. **Paradigmas: Historiografia, Psicologia, Subjetividades**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 77-96.
- GERGEN, K. A Psicologia Social como História. **Psicologia & Sociedade**, 20 (3), p. 475-484, 2008.
- KAMKHAGI, V. R. Prefácio. In: KAMKHAGI, V. R.; SAIDON, O. **Análise Institucional no Brasil: favela, hospício, escola, funabem**. Rio de Janeiro: espaço e tempo, 1987, p. 7-10.
- LAPASSADE, G. Grupos, Organizações e Instituições. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- LIMA, R. S. Psicologia Social. In: DIÓGENES, C.; LIMA, R. S. **Estudos em Psicologia: uma introdução**. Niterói, RJ: Proclama, 2009, p. 161-180.
- LIMA, M. I. M.; SILVA, M. L. S. C.; VIEIRA, Z. M. C. Relato e análise de uma experiência num estabelecimento: para delinquentes ou da delinquência? In: KAMKHAGI, V. R.; SAIDON, O. **Análise Institucional no Brasil: favela, hospício, escola, funabem**. Rio de Janeiro: espaço e tempo, 1987, p. 148-173.
- LOSICER, E. Grupos (fantasmas) no hospital. In: BAREMBLITT, G. (org.). **Grupos: Teoria e Técnica**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 63-8.
- LOURAU, R. **René Lourau na UERJ: Análise Institucional e Práticas Grupais**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- \_\_\_\_\_. O Instituinte contra o Instituído. In: ALTOÉ, S. (org.). **René Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 47-65.
- MACHADO, M. M. O Setor. In: BOMFIM, E. M.; PASSOS, I. C. F.; STRALEN, C. J.; SILVA, M. V. **Psicologia Social: Memórias, Saúde e Trabalho**. São João del-Rei, UFSJ: Programa de Pós-Graduação da UFMG: ABRAPSO Regional Minas, 2004, p. 32-48.
- MENUCCI, D. L. Grupos no hospício: o desejo como tarefa. In: KAMKHAGI, V. R.; SAIDON, O. **Análise Institucional no Brasil: favela, hospício, escola, funabem**. Rio de Janeiro: espaço e tempo, 1987, p. 174-185.
- MOSCOVICI, S. Préface. In: JODELET, D.; VIET, J.; BESNARD, P. **La psychologie sociale - une discipline em nouveument**. Paris: Mouton & Co, 1970, p. 7-31.
- NEVES, C. E.; LASALVIA, A. G.; SILVA, R. C. F.; HECKERT, A. L.; CARVALHEIRA, L. P. Relato e análise de uma experiência numa instituição escolar: nossos medos, nossas lutas e nossas implicações. In: KAMKHAGI, V. R.; SAIDON, O. **Análise Institucional no Brasil: favela, hospício, escola, funabem**. Rio de Janeiro: espaço e tempo, 1987, p. 66-85.
- PÊCHEUX, M. Sur la conjoncture théorique de la psychologie sociale. **Bulletin de psychologie**, Paris, Tome 23 (4-5), n. 28, p. 290-297, 1969.
- RODRIGUES, H. B. C.; SOUZA, V. L. B. A análise Institucional e a profissionalização do psicólogo. In: KAMKHAGI, V. R.; SAIDON, O. **Análise**

**Institucional no Brasil: favela, hospício, escola, funabem.** Rio de Janeiro: espaço e tempo, 1987, p. 27-46.

RODRIGUES, H. B. C. **No Rastro dos Cavalos do Diabo. Memória e história para uma reinvenção de percursos do paradigma do grupalismo-institucionalismo no Brasil.** 2002, 540f. Tese. (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. “Sejamos realistas, tentemos o impossível.” Descaminhando a psicologia através da análise institucional. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. **História da Psicologia: Rumos e Percursos.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 2006, p. 515-563.

SAIDÓN, O. O grupo operativo de Pichón-Revière – Guia Terminológico para a construção de uma teoria crítica dos Grupos Operativos. In: BAREMBLITT, G. (org.). **Grupos: Teoria e Técnica.** Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 169-180.

SILVERMAN, I. Crisis in Social Psychology. The relevance of relevance. **American Psychologist.** Washington D. C., Vol 26 (6), p. 583-584, 1971.